



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
VARA DO TRABALHO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO  
**ATOrd 0010738-41.2021.5.03.0151**  
AUTOR: EDERSON RODRIGUES GOMES E OUTROS (2)  
RÉU: ANJOS DA NOITE VIGILANCIA LTDA E OUTROS (2)

### EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Exmo. Juiz do Trabalho da Vara de São Sebastião do Paraíso Dr. REINALDO DE SOUZA PINTO faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento que no dia **25 de Janeiro de 2023**, a partir das 09:00 horas (1º Leilão) e a partir das 09:30 horas (2º Leilão), na Avenida Pedro Bueno Junior, nº100, Jardim Meditarrene, São Sebastião do Paraíso/MG, nas modalidades de Leilão PRESENCIAL e ON-LINE, através do site [www.marianoleiloes.com.br](http://www.marianoleiloes.com.br), onde os interessados deverão se habilitar para efetuar lances on-line, bem como acompanhar os leilões em tempo real, pelo Leiloeiro Público Oficial Gilson Aparecido Mariano – Jucemg 0974, serão levados a leilão os bens penhorados nos autos e a seguir relacionados:

- 01 mesa de MDF em L, usada, em bom estado de conservação, avaliada em R\$350,00;
- 01 mesa de MDF, usada, de aproximadamente 1,50 metros de comprimento, em bom estado de conservação, avaliada em R\$230,00;
- 01 gaveteiro de MDF, usado, com 04 gavetas, em bom estado de conservação, avaliado em R\$200,00;
- 01 aparador/raque de MDF, usado, em bom estado de conservação, avaliado em R\$180,00;
- 01 aparador/bifê de MDF, imitando madeira de demolição, usado, em bom estado de conservação, que avaliado em R\$300,00;
- 01 cadeira de escritório, tipo presidente, cor preta, usadas, em bom estado de conservação, avaliada em R\$600,00;
- 04 cadeiras de escritório, tipo de atendimento, estofada, cor preta, usadas, em bom estado de conservação, avaliadas em **R\$350,00 cada**;
- 02 cadeiras de escritório, tipo executiva, cor preta, de plástico, usadas, em bom estado de conservação, avaliada em **R\$250,00 cada**;

- 01 longarina, três lugares, cor preta, de plástico, usada, em bom estado de conservação, avaliada em R\$275,00;

- 01 computador, composto de duas telas, teclado, mouse e CPU, usado, funcionando, em bom estado de conservação, avaliado em R\$2.100,00;

Total da avaliação: R\$6.135,00 (seis mil cento e trinta e cinco reais), em 19 de Outubro de 2022.

**LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO:** R\$6.135,00 (seis mil cento e trinta e cinco reais)

**LANCE MÍNIMO EM SEGUNDO LEILÃO:** R\$2.454,00 (dois mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

**LOCALIZAÇÃO DOS BENS:** Rua Quinze de Novembro, 679, Centro, Itamogi – MG.

**DEPOSITÁRIO:** LUIZ FERNANDO PEDRO DE ALMEIDA

**ÔNUS:** Sem restrição

Quem pretender arrematar ditos bens deverá ofertar lances pela Internet através do sítio [www.marianoleiloes.com.br](http://www.marianoleiloes.com.br), devendo, para tanto, os interessados efetuar cadastramento prévio, no prazo de até 24 horas de antecedência do leilão, confirmar os lances e recolher a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio, ficando cientes de que os arrematantes deverão garantir seu ato com o sinal de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, completando o lance em 24 horas, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

O leiloeiro ficará responsável por:

a) Realizar a ampla divulgação da alienação na rede mundial de computadores, nos termos dos artigos 886 e 887 do CPC/2015;

b) Providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo(a) Juiz(a), arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do(s) bem(ns) no depósito;

c) Receber e depositar à disposição do juízo, dentro de 1(um) dia, à ordem do(a) Juiz(a), o produto da alienação;

d) Lavrar auto de arrematação ou adjudicação submetendo-o à apreciação do Juízo para que seja assinado, na forma do art. 903 do CPC/2015;

e) Lavrar o auto negativo, em caso de ausência de ocorrências.

Os Leiloeiros designados para acompanhar o leilão em auditório fará contato imediato com o(a) MM. Juiz(a) responsável pela condução da respectiva execução, obtendo, se o caso e formalmente, sua anuência com o lance inferior a 40% do valor da avaliação, seguindo os demais atos preparatórios da expropriação.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Fica autorizado o leiloeiro, devidamente identificado, a efetuar visitas ao local de guarda dos bens submetidos a hasta pública, acompanhado ou não de interessados na arrematação, podendo fotografar os bens, independentemente do acompanhamento do Oficial de Justiça designado pela respectiva Vara.

É vedado ao(à) depositário(a) criar embaraços à visita dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC/2015, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Fixo a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação ou da adjudicação, que será paga pelo arrematante ou pelo adjudicante, respectivamente (art. 245, *caput*, do Provimento Geral Consolidado do TRT-MG).

A comissão devida pelo arrematante será depositada mediante guia à disposição do juízo juntamente com o sinal de pagamento de que trata o § 2º do art. 888 da CLT, sendo liberada ao leiloeiro depois de transitada em julgado a decisão homologatória da arrematação ou, de imediato, se não complementado o valor do lance no prazo previsto no § 4º do mesmo artigo.

Na hipótese de pagamento do valor da execução ou de acordo após a realização da hasta pública com resultado positivo, o leiloeiro receberá comissão de 5% sobre o lance vencedor, a cargo das executadas, a ser paga no dia do respectivo pedido.

A comissão devida pelas remitentes será paga no dia da remição e a devida pelo adjudicante será depositada antes da expedição do auto, sendo liberada ao leiloeiro depois do trânsito em julgado da decisão que a homologar.

Desfeita a arrematação, ou deferida a remição ou a adjudicação, serão restituídos ao arrematante os valores por ele depositados, inclusive a comissão do leiloeiro, se for o caso.

Não será devida comissão ao leiloeiro nas hipóteses de desistência de que trata o art. 775 do CPC, de anulação, indeferimento ou ineficácia da arrematação, ou de resultado negativo da hasta pública, casos em que o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 7º do artigo 245 do Provimento Geral Consolidado do TRT-MG.

O licitante vencedor deverá depositar o valor total da arrematação, mediante depósito judicial, no prazo de 24 horas a partir do encerramento da hasta (art. 888, §4º, da CLT). Para propostas de aquisição dos bens em prestações, os licitantes deverão observar o artigo 895 do CPC.

Excetuados os ônus explicitamente indicados no edital, o pagamento dos débitos tributários, fiscais ou outros de qualquer natureza que eventualmente incidam sobre os bens serão de responsabilidade da parte executada, ressalvadas as despesas relativas à transferência de propriedade junto aos órgãos competentes, que serão de responsabilidade do adjudicante/arrematante (art. 130, § único do CTN).

Havendo embargos do executado ou ação autônoma, consoante art. 903 e parágrafos do CPC/2015, o Juiz poderá transferir o depósito judicial do bem penhorado, e conseqüentemente a posse precária do mesmo, a quem arrematar ou adjudicar o bem, até final da decisão.

Na eventualidade de ser frustrada, no próprio leilão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação pelo último lance que ofertou.

O prazo para eventuais embargos ou ação autônoma de que trata o §4º do art. 903 do CPC/2015 passará a fluir da data da hasta pública independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além da comissão e demais despesas com a hasta pública, as executadas arcarão ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado e efetuar a leitura do presente edita, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. O leiloeiro público oficial não se enquadra na condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº. 236 de 13/07 /2016 do CNJ.

Ficam desde logo intimadas as **EXECUTADAS ANJOS DA NOITE VIGILANCIA e NARRYAN BRASIL E OUTROS (2)** das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação dos bens poderão remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei.

Eu, Clayton Araújo, Diretor de Secretaria, subscrevi o presente edital.

SAO SEBASTIAO DO PARAISO/MG, 18 de novembro de 2022.

**REINALDO DE SOUZA PINTO**  
Magistrado